

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Uma análise no município de Ituberá-BA**

**REBECA BISPO OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

**ITAMILES SANTOS NASCIMENTO<sup>2</sup>**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**

### **Resumo:**

O presente artigo é resultado de um trabalho feito no Componente de Educação do Campo e Educação Popular do curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cujo objetivo foi gerar uma reflexão acerca de questões referente à Educação do Campo no município de Ituberá-BA. Para isso, foi realizada uma entrevista com um educador que atua em escolas do campo na cidade, além de levantamentos bibliográficos sobre o assunto a ser discutido. O estudo permitiu analisar a construção da Educação do Campo em alguns aspectos no município e as ações protagonizadas pelos movimentos sociais no âmbito educacional e para além dele, pontuando também os percalços enfrentados na construção de um sistema educacional por vezes sem o apoio dos poderes públicos. Apesar de tudo, no bojo das reivindicações e mobilizações os movimentos sociais do campo têm protagonizado que filhas e filhos de trabalhadores(as) rurais acessem o ensino escolar, ocupando vários espaços na sociedade e gerando transformações sociais em seu meio.

**Palavras-chave:** Escola do campo. Organização coletiva. Movimentos Sociais.

5428

### **Abstract:**

This article is the result of work done in the Field Education Component and Popular Education of the Bachelor of Education course of the Field-Agrarian Sciences Federal University of the Recôncavo da Bahia. Whose goal was to generate a reflection on questions concerning the Field Education in the municipality of Ituberá-Bahia. For this, it was accomplished an interview with an educator who works in country schools in the city, as well as bibliographic surveys on the subject to be discussed. The study made it possible to analyze the construction of the Field Education in some aspects in the municipality and the actions protagonized by social movements in the educational sphere and beyond, punctuating also the losses faced in the construction of an educational system sometimes without the support of the public authorities. In spite of everything, in the bojo of the demands and mobilizations the movements social of the countryside have protagonized that daughters and sons of rural workers access the school education, occupying various spaces in society and generating social transformations in its quite.

**Keywords:** Field school. Collective organization. Social Movements.

### **Introdução**

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa feita no Componente de Educação do Campo e Educação Popular do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias da Universidade do Recôncavo da Bahia, ofertado durante o período remoto, semestre 2021.1 realizado no ano de 2022, que procurou analisar questões enfrentadas em um município

dos(as) estudantes relacionadas à Educação do Campo a partir da visão de uma personalidade local ciente e envolvida neste âmbito.

Para problematizar essas questões, começamos com a seguinte interrogação: Qual é o campo da Educação do Campo? Antes de iniciar qualquer discussão sobre a Educação do Campo essa pergunta deve ser refletida. Analisar o território político em que esse projeto popular está enraizado e os campos de conflitos, são essenciais para compreender os desafios e a trajetória até aqui percorrida.

Há séculos é negado o direito de uma educação de qualidade e contextualizada aos povos do campo. Diante disso, a luta por políticas públicas que ampare a escolarização em todos os níveis desses sujeitos foi/é mais que urgente para a construção de escolas no/do campo, defendendo as diferentes identidades, culturas, o trabalho, as pautas de lutas, a agricultura camponesa, e demais valores e questões sociais desse espaço. São construídos territórios vivos, territórios que crescem na luta contra o modelo hegemônico de ensino, contra o modelo de produção capitalista, territórios que erguem estratégias para permanência dos sujeitos no campo.

A Educação do Campo vem quebrando muitos muros e ocupando diversos territórios, não só geograficamente falando, mas principalmente nos que se referem às relações sociais. Fernandes (1999, p. 33), pontua que:

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.

Uma escola do campo tem história e resistência, é preciso ser tratada a partir de suas especificidades, entretanto, na zona política esses detalhes por vezes são ignorados. Em alguns municípios as demandas do campesinato não são atendidas pelos governantes, principalmente no que se refere a área da educação. Escolas sem infraestrutura, docentes sem especialização para trabalhar na área, livros didáticos com conteúdo voltados apenas para cidade ou com estereótipos dos aspectos camponês, pagamentos de funcionários atrasados, entre outros problemas que interferem na formação de camponeses e camponesas e na consolidação de uma educação libertadora que defenda os modos de vida no campo.

Neste contexto, este escrito tem como objetivo descrever e debater pontos opostos referente à Educação do Campo no município de Ituberá, no Baixo Sul da Bahia, relatando vivências de lutas, desafios e estratégias para a construção de um projeto educacional popular e camponês, a fim de provocar uma reflexão que se faça compreender o processo educativo

nesse ambiente e quais caminhos são trilhados em seu fortalecimento e superações. Para tanto, foi realizada uma entrevista levantando questões sobre a problemática com uma personalidade local que tem relação com a Educação do Campo, a qual ocupa a função de educador em uma escola no/do campo pertencente ao município, que será aqui retratada como EP. Para mais, foi feito uso de bibliografias referente ao assunto para sustentar a discussão teórica.

### **Educação do Campo em Ituberá: desafios e lutas**

Toda educação surge por uma via ou necessidade. Uns utilizam como instrumento de controle, outros como ferramenta de libertação. Para classe trabalhadora, operária e camponesa, o sistema sempre ofertou uma educação que visava formá-las a serviço da elite, principalmente sustentada por uma pedagogia tradicional e/ou tecnicista. Entretanto, o povo sentiu a urgência de uma educação revolucionária, uma educação libertadora feita com o povo e não apenas para o povo, sustentada no processo de ação-reflexão-ação.

Arroyo (2012) nos mostra que mesmo diante de um sistema educativo dominador e padronizado, que inferioriza os conhecimentos, saberes, culturas e identidades dos coletivos populares, em contramão “esses, em suas ações/reações/afirmações inventaram outras formas de pensar-se e formar-se, outro pensamento sociopedagógico. Outras pedagogias.” (p.39). Entre as lutas na área das políticas públicas, através das mobilizações e marchas, reafirmamos nosso modo de vida e pedagogias, legitimando outros caminhos de construção do saber, comprovando que somos produtores(as) de conhecimentos, conhecimentos que humanizam e emancipam, que provocam a transformação política e social em nosso meio.

Entretanto, os desafios e descasos ainda são constantes e podemos perceber isso bem próximo, a exemplo dos municípios existentes no estado da Bahia, em destaque aqui iremos tratar um pouco sobre a cidade de Ituberá - BA. Através das informações coletadas podemos obter algumas percepções em torno dos conflitos territoriais, políticas públicas municipais e estaduais, organização popular, planejamento escolar, disputa de classes e alguns outros fatores que serão aqui salientados.

Após a entrevista é visível compreender como os problemas cercam vários pontos da Educação do Campo. Vamos começar pela estrutura de poder, o Estado. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado. Porém, do mesmo modo que o direito é ofertado, é inviabilizado o avanço do sistema de ensino. Este “cabo de guerra” é latente nas escolas do campo. Em relato do entrevistado, ele aponta a contradição do poder público no que tange a Educação do Campo:

*Os problemas são de toda ordem, de toda ordem, é difícil encontrar onde não há problema, o Estado é...o Estado no sentido ampliado, o poder público, a máquina pública, a máquina estatal ela funciona em relação à Educação do Campo de uma forma muito contraditória, porque ao mesmo tempo que é o poder público quem viabiliza as escolas, os cursos ao mesmo tempo é o poder público quem sabota então é...Essa construção dialética cotidiana de viabilização e sabotagem gera uma série de problemas, a nível de Estado o principal problema é essa concepção de anexo que estabelece um limite de estudante 120 alunos baseado na densidade demográfica da cidade então não há um número diferenciado para o campo, mesmo densidades demográficas bem diferentes né, campo e cidade [...].*

Nesse “cabo de guerra” quem vai ao chão? Apesar das conquistas e efetivação de políticas públicas, necessitamos do Estado para implementação de tais. É preciso recurso financeiro, entre condições materiais e estruturais. Não basta construir a escola, é fundamental que as políticas públicas garantidas gerem projetos contínuos, que atendam a proposta construída pelos povos para os seus territórios, de acordo com suas especificidades. Não há mais lugar para se construir uma escola do campo a partir da realidade urbana, são anos sendo inseridos em um sistema seletivo e excludente. Duarte (2008, p. 37) salienta que: “A garantia de acesso diferenciado à educação não é um privilégio, mas sim uma política que pode ser justificada racionalmente a partir de uma situação de desigualdade”. Contudo, é perceptível que as ações que chegam por meio do poder público ainda não atendem o projeto político educacional levantado pelos povos do campo.

Dentro dessa questão EP menciona outros obstáculos:

*[...] é...não há uma política específica de transportes pra Educação do Campo isso estado e município, município por exemplo é muito interessante, você ver mais ônibus amarelinho rodando na cidade do que na zona rural sendo que a política caminhos da escola é bastante, era né, porque acabou desde o governo Temer, mas era, o foco era a zona rural. É... na alimentação também não há política específica para alimentação na zona rural, os PNAEs estão tomados por grandes disfarçados de pequenos, não há uma política de compra direta pelas escolas, então a escola comprar na sua comunidade, não há uma política específica em relação a quantidade de alimentação, não há política no sentido de avanço para que a criança passe mais tempo na escola, seja no formato alternância, seja no tempo integral, não há, é... não há concursos específicos para educadores na Educação do Campo, um barema que priorize as experiências, a formação voltada para o campo né, prova de concurso que tragam conteúdos específicos da Educação do Campo para delinear um outro perfil de profissional, não há investimento em formação, quer dizer, investimento em formação até o governo do estado lançou uma especialização agora né, junto com a UNEB, muito boa, muito importante que deve dar uma ajuda considerável, não há disposição dos poderes públicos municipais de investir na Educação do Campo, então isso a gente, no município de Ituberá isso salta aos olhos e aí nos municípios vão variando e aí estou falando de investimento em escola, falando de infraestrutura né, reforma de escola, investimento em estrada nada disso há.*

É visível como o município segue com uma política de desmonte. As escolas sofrem sem reformas e investimentos, telhados quebrados, falta abastecimento de água, serviço de internet precário. Sabemos que a Educação do Campo é um território em disputa, é por isso que

as lutas se fazem urgentes e ferventes para conseguir garantir o acesso aos direitos, que respeite a pluralidade existente no campo brasileiro. Sendo assim, Molina (2008) enfatiza que lutar por políticas públicas específicas é demarcar perante a sociedade a juridicidade do direito à educação dos sujeitos camponeses, é lutar para que a educação não se transforme em mercadoria e só tenha acesso quem por ela possa pagar.

Cabe também colocar em foco alguns caminhos edificados pelos coletivos populares para manter vivo e em desenvolvimento esse projeto de educação. Como já apresentado, a Educação do Campo é resultado das lutas dos movimentos sociais, através de pressão sobre o Estado para a garantia de uma educação popular, pública e contextualizada, uma educação vinculada às lutas sociais do campo, entretanto, na esfera das políticas públicas poucos são os investimentos dirigidos a ela. Dessa forma, estratégias em coletivos são criadas para enfrentar séries de problemas e pensar em soluções, assim une-se comunidade e escola. Podemos visualizar através da fala de EP a importância de uma organização coletiva:

*O central é a organização popular em torno do projeto de educação, que é muito do lugar de onde eu falo, tudo que a gente conseguiu, a gente conseguiu somente porque estamos organizados no Movimento Sem Terra, que é uma organização que transcende a gente da educação, então não é uma organização de professores apenas, é uma organização hegemonicamente de agricultores, e agricultoras, e aí é esse laço que permite. Além desse laço da organização popular, e aí é preciso que seja entendido como fundamental, o segundo é o acúmulo do movimento Sem Terra que aponta uma série de caminhos, então o trabalho que o setor de educação faz aqui na função da Luana Carvalho, da Ojefferson Santos, da Iraci de Souza são construções contra hegemônicas potentes.*

A atuação do Movimento Sem Terra em torno da Educação do Campo é fundamental, visto que é o movimento pioneiro nas discussões e práticas que levaram a criação de políticas públicas educacionais para os povos do campo. No município de Ituberá, bem como nos demais municípios que o movimento está organizado, a educação e escolas do campo são pautas anuais para serem discutidas com as prefeituras locais. Haja vista que o poder público está a todo momento se ausentando da responsabilidade de garantir a política pública e com qualidade, e isso demanda uma organização popular permanente, em defesa da Educação do Campo.

É em ações como estas que a Educação do Campo vai crescendo no estado baiano, provocando experiências nos territórios e construindo projetos que possibilitam os povos acessarem uma educação que transforma, que gera a politização e organização de maneira coletiva. EP conta que:

*[...]o que a gente ver aqui no Território do Baixo Sul são alguns movimentos, um do povo organizado, então... comunidades de terreiro, movimento de pescadores, educação quilombola com muita força, movimento Sem Terra, então as experiências de Educação do Campo dos movimentos do povo organizado, e aí a gente ver essas experiências se encorpando no decorrer do tempo e por outro lado nós vemos os*

*movimentos aí mais lento de avanço do poder público, a tanto nível estadual com algumas escolas quilombolas e do campo aqui no Baixo Sul, nas do campo ainda está nessa perspectiva de anexo, mas parece que está acabando e agora que está mudando, e nos municípios, alguns municípios implementando as Diretrizes da Educação Quilombola, alguns municípios como Wenceslau Magalhães criando a coordenação da Educação do Campo, mas eu ainda vejo um processo muito inicial, enquanto política pública não sei nem se inicial, algo pré-inicial, então é uma construção que está se dando com muita disputa [...].*

Mesmo a nível demorado conseguimos visualizar alguns avanços, a exemplo de mecanismos legais, como a implementação das Diretrizes da Educação Quilombola em alguns municípios como citado na fala de EP. Os movimentos sociais são protagonistas nos avanços de direitos, através de ações educativas, mobilizações, marchas, trabalho, por meio de sua identidade, disputam e defendem os seus territórios.

O campo é um espaço vivo, com identidades, culturas, gênero, classe, raça, é um lugar onde se pode morar, trabalhar e estudar, não é exclusivo para produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e das grilagens de terras. É um território rico em seus povos, onde nascem as florestas, onde estão as diversas nações indígenas. Por todo o conjunto, o campo é o lugar de vida e sobretudo de educação (Fernandes, 2002). E é em vista de tudo isso que é essencial uma educação contextualizada, ligada à luta pela terra, às questões que cercam as relações de gênero, de classe e de raça, ligada a um modo de produção agroecológico. A Educação do Campo é um projeto político que tem um poder transformador sobre a realidade campesina. Vejamos o que o entrevistado nos diz a respeito desse caminho.

*[...]é preciso pensar na Educação do Campo em algumas dimensões, então uma dimensão fundamental é a educação contextualizada que aí possibilita que crianças, que jovens e adultos consigam transitar por áreas do conhecimentos ainda desconhecidas, porque lidar as condições e possibilidades de partir da sua zona de conforto, de partir de um lugar do conteúdo, do assunto, da experiência que ele domina, então a sua realidade ele conhece profundamente, é nesse debate que como dizia o outro que eu me espalho, é nesse debate que estou confortável. Então, isso é algo muito positivo partindo desse contexto, e não só partindo, mas caminhando por ele, chegando nele, ao mesmo tempo que transita por outras áreas do conhecimento né, essa ideia de conhecimento globalizado, então isso é muito positivo, isso traz pra dentro da escolarização muita gente que não estava dentro.*

Por meio de suas práticas a Educação do Campo semeia uma nova concepção de educação, germina outras Pedagogias. Pedagogias essas emancipadoras e libertadoras. “O movimento desencadeado pelos sujeitos coletivos de direito do campo interroga a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor.” (Molina; Freitas, 2011, p. 20).

Na contramão de uma pedagogia tradicional, de um currículo engessado, de conteúdos desconectados entre si e da realidade social, sem uma análise crítica e histórica, é que

defendemos uma educação contextualizada, que trabalhe processos que permitam o despertar da consciência de classe, que façam os sujeitos refletirem sobre sua realidade e tenham posicionamentos próprios e nesse movimento produzam ações que gerem transformações sociais em seu meio. Podemos observar outros fatores positivos através disso, em resposta sobre essa questão, a partir da vivência do espaço em que trabalha, EP declara:

*Também é muito fundamental, e aí a gente observa isso também, o processo transformador da contextualização ao articular o conhecimento escolar a questão da vida. E como a gente faz ali um processo integrado entre fundamental I, II e o curso Técnico em Agroecologia, já entra nos níveis iniciais mais esporádico no fundamental I e mais frequente no fundamental II, as tecnologias sociais, as alternativas desenvolvidas com participação popular que oferecem soluções concretas para problemas concretos. E aí conseguir dar essa finalidade ao conhecimento escolar e ao científico é fantástico através de oficinas, laboratórios, enfim, assim vai. Mas é muito importante que a gente pense a contextualização aliada a um outro alimento, que aí é mais claro esse elemento nas formulações Saviani, ali no entendimento de que há uma lista enorme de conhecimento, de saberes, conteúdos, o nome que a gente quiser usar, acumulado pela humanidade que historicamente que a gente organizou muita coisa no conhecimento escolar, então muito do conhecimento acumulado por milhares de anos pelo ser humano vem sendo sintetizado e repassado às novas gerações, apropriado pelas novas gerações através do formato escola. A contextualização aliada a uma qualidade, a uma expertise, a um bem fazer do acesso, do proporcionar, que não meramente retransmitir, do repassar, mas é do construir as experiências educativas que façam com que os estudantes acessem a esses conhecimentos e acessar a esse volume enorme de conhecimentos na matemática, na ciência, na história, na língua portuguesa, acessar esse volume enorme de conhecimento de forma contextualizada, isso eleva à enésima potência, agora existe as armadilhas, e armadilhas que a gente acabar pendendo demais para algum dos lados, então por um lado tem um perigo de virar uma escola conteudista escolástica do conhecimento pelo conhecimento, lendo o livro, decora, estuda e aprende, isso é um perigo enorme, não é essa expectativa e por outro lado ter o perigo da gente se perder no contexto, de gastar muito tempo debatendo o contexto, debatendo, debatendo, debatendo e acabar perdendo a oportunidade desse volume enorme conhecimentos escolares.*

Esse caminho aponta diversas possibilidades de trabalho pedagógico articulando comunidade e escola, conhecimento popular e científico, possibilidades de projetos em que a classe trabalhadora seja protagonista, em que o currículo esteja associado aos modos de vida campesino. Isso demonstra que para além de um projeto educacional, é projeto de sociedade, expõe e desconstrói a visão estereotipada que se tem do campo e reafirma que os povos do campo são produtores de conhecimentos e saberes, que é possível idealizar outras formas de sistema de ensino. Em reflexão EP questiona sobre a escola que precisamos e ao mesmo tempo traz uma resposta:

*Que escola é essa que os filhos de agricultores e agricultoras, assentados de reforma agrária, trabalhadores de fazendas, posseiros, meeiros, pequenos agricultores camponeses, marisqueiras, pescadores, quilombolas, o que esses sujeitos precisam? quais as respostas as escolas precisam dar a eles? E não é uma pergunta difícil pra gente, pra vocês, porque vocês vieram dessas escolas, vocês vivem nos territórios, vocês vivenciam as dificuldades, e a escolas não pode ser uma força, um lugar, uma ação pública alheia a essas situações ao contexto, então precisamos de escolas no*

*campo que deem respostas concretas de construção de conhecimento, de ações que nos ajude a superar as contradições atuais do nosso contexto.*

Quais são os frutos que veremos germinar dessas escolas? Com o avanço da escolarização na Educação Básica e Superior para os povos do campo, filhas e filhos de agricultores(as), quilombolas, pescadores(as), indígenas, pessoas negras e pobres acessaram o conhecimento acumulado historicamente e hoje ocupam diversos lugares na sociedade. Estamos nas licenciaturas, na medicina, na advocacia, nas artes. Vários(as) jovens saem diretamente do ensino médio para as universidades, alguns(as) retornam para suas comunidades profissionalizados(as) e nesse espaço trabalham e contribuem com os processos organizativos.

A escola do campo tem papel central para o desenvolvimento da comunidade e território ao qual está inserida, uma vez que, forma a juventude para além da profissão, que sem dúvidas é vital para a permanência no campo e com renda, evitando assim a formação de quadros profissionais com pessoas externas e sem compromisso com os modos de vida local. Todavia, ela vai além, formando sujeitos comprometidos com a comunidade, com a natureza e território, sujeitos capazes de exercer o papel de educador(a) popular com ações voltadas para a organização política em defesa do território e construção de uma nova sociedade.

No município de Ituberá podemos trazer a experiência da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho (ETALC), que nasce na área de reforma agrária, escola essa que “tem um histórico de ser um importante pilar de visibilidade e de luta por uma Educação do Campo construída com base na realidade camponesa e pautada nos princípios da Educação do MST” (Alcântara, 2022). Em 2022, foi feita a formatura da segunda turma de técnicos e técnicas em Agroecologia. Filhas e filhos de trabalhadores(as) rurais se formaram!

O site do Movimento Sem Terra (MST) lançou a notícia a respeito desse momento. Na descrição, Alcântara (2022) salienta sobre os desafios latentes nos anos de 2020 e 2021, principalmente tratando do ensino remoto. Foi destacado a falta de políticas públicas para acesso à internet dos(as) estudantes, estrutura precária para acompanhamento nas comunidades e a crise socioeconômica que se aprofundou na pandemia, que consequentemente fez com que a juventude viesse a sair da escola. Mesmo diante desse contexto, a resistência e persistência garantiu a formação da juventude camponesa e destaca a importância do trabalho coletivo na construção da ETALC e da experiência de Educação do Campo na mesma.

Essa conquista não se torna apenas da ETALC, mas uma conquista coletiva, frutos que nascem das lutas no bojo dos movimentos sociais, que possibilitam povos historicamente excluídos do sistema de ensino o acesso a uma educação gerida pelo povo, apesar de compreendermos também e exigir a responsabilidade dos governos municipal, estadual e

federal em fazer isso funcionar, é um direito garantido por lei, é como a palavra de ordem diz: Educação do Campo: Direito nosso, dever do Estado! O campo necessita de políticas públicas específicas de educação, saúde e assistência técnica para produção.

### Considerações Finais

O movimento da Educação do Campo parte da reivindicação da classe trabalhadora camponesa organizada, que entende a educação como um direito que deve ser garantido desde a escolarização básica à educação superior. Esse movimento se pauta em uma concepção de educação prático-teórica que vai para além da sala de aula e leva em consideração os processos de luta, vivência, diversidade e do meio produtivo camponês.

Avanços já foram conquistados, como os cursos de formação docente específicos para educadoras e educadores do campo, e diversos cursos atrelados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que são políticas públicas educacionais com grande potência no processo de materialização do direito ao acesso à educação pelos(as) trabalhadores(as) do campo. Porém, percebe-se a partir dos resultados da pesquisa, que a educação e a produção de conhecimento são campos de disputa, estão em constantes ataques e desmontes, diante uma sociedade capitalista e de ordem hegemônica que tenciona educar mulheres e homens com base em uma lógica de trabalho exploratório e desumano.

Pensar em Educação do Campo é pensar em um processo educativo que seja orientado por uma concepção de trabalho humanizante. Para Molina e Pereira (2021, p.142) “[...]o trabalho assume seu princípio educativo na medida em que exerce sobre o homem uma ação de humanização, pois, nessa concepção, o ensino é entendido como fenômeno inseparável do trabalho [...]”.

Nas comunidades tradicionais do campo e no âmbito dos processos organizativos dos movimentos sociais do campo, o trabalho enquanto princípio educativo se materializa nas formas de organização do trabalho, nos modos de produção e na interação homem-natureza concretizada nesses espaços. A luta por uma educação do campo precisa ir na contramão da ordem exploratória da concepção de trabalho capitalista que desumaniza e expropria (Molina; Pereira, 2021), abrindo caminhos para a construção de um novo projeto social que seja contra hegemônico.

O caminho de luta ainda é longo, portanto, é de extrema relevância os processos organizativos dos movimentos sociais do campo que buscam a articulação popular para o enfrentamento e luta por direitos, dignidade e construção de uma nova ordem social. É

necessário que estejamos preparados(as) e dispostos(as) a lutar para defender e manter o que já foi conquistado, mesmo sofrendo consecutivos ataques, mas ainda seguir dando novos passos de reafirmação e garantia de direitos para os povos do campo.

O educador entrevistado para esse estudo, diante de sua vivência atuante em seu território, aponta retrocessos e desafios para a Educação do Campo, mas evidencia avanços e caminhos que se abrem apoiados em sua prática cotidiana, bem como de outras educadoras e educadores militantes, de resistência e enfrentamento em defesa de um novo projeto de campo, de educação e sociedade.

## Referências

ALCÂNTARA, F. Formatura da segunda turma de técnicos e técnicas em Agroecologia da Escola Luana Carvalho. **MST**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/31/formatura-da-segunda-turma-de-tecnicos-e-tecnicas-em-agroecologia-da-escola-luana-carvalho/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1678701/mod\\_resource/content/1/Outros%20Sujeitos%2C%20Outras%20Pedagogias%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1678701/mod_resource/content/1/Outros%20Sujeitos%2C%20Outras%20Pedagogias%20.pdf). Acesso em: 18 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - Constituição de 1988- Publicação Original**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DUARTE, C. S. A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. *In*: FERNANDES, B.M *et. al.*; SANTOS, C. A dos (Org.). **Educação do Campo: Campo- Políticas Públicas- Educação**. Brasília: Inkra; MDA, 2008.

FERNANDES, B.M. Diretrizes de uma caminhada. *In*: KOLLING, E. J *et. al.* (Orgs.)

**Educação do Campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo (Coleção Por Uma Educação do Campo, v.4), 2002.

FERNANDES, B.M. Por uma educação básica do campo. *In*: ARROYO, M. G;

FERNANDES, B.M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF:

Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo (Coleção Por Uma Educação do Campo, v.2), 1999.

MOLINA, M.C. A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. *In*: FERNANDES, B.M *et. al.*; SANTOS, C. A dos (Org.). **Educação do Campo: Campo- Políticas Públicas- Educação**. Brasília: Inkra; MDA, 2008.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em:

<https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/avanc3a7os-e-desafios-na-construc3a7c3a3o-da-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOLINA, M. C.; PEREIRA, M. F. R. Atuação de egressos (as) das Licenciaturas em Educação do Campo: reflexões sobre a práxis. **Rev. FAEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 138-159, jan./mar. 2021. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/10082/7785>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Autor 1:



Rebeca Bispo Oliveira

Licenciada em Educação do Campo-Ciências Agrárias. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista CAPES e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Docência, Currículo e Formação (DOCFORM-UFRB).

Email: [bispo2616@gmail.com](mailto:bispo2616@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7526836032416838>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6335-7961>

Autor 2:



Itamiles Santos Nascimento

Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias (UFRB), militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrante do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA-UFRB)

Email: [itamilessantos@outlook.com](mailto:itamilessantos@outlook.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2089610306380587>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5868-639X>